

Uma genealogia do *substantivo negro*: a atuação do Jornal O Exemplo em Porto Alegre (1902-1911)

Felipe Ricardo Vieira Lopes*

Resumo

O artigo pretende problematizar o modo como o jornal da imprensa negra, O Exemplo, desenvolveu, no início do século XX, uma análise sobre a linguagem escrita na imprensa de Porto Alegre enquanto uma tática para questionar ficções raciais. Por meio da leitura do Jornal O Exemplo e de outros periódicos da cidade, nota-se o desenvolvimento do conceito de substantivo negro em suas várias fases e a crítica construída por intelectuais negros da época.

Palavras-chave: O Exemplo; Imprensa Negra; Substantivo Negro.



* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (PPGH-UFC) e Professor temporário no curso de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Campus Mossoró (DHI-UERN). Email: felipe.0318@hotmail.com

A genealogy of the
black noun: the
performance of
the newspaper O
Example in Porto
Alegre (1902-1911).

Una genealogía del
sustantivo negro:
la actuación del
periódico O Ejemplo
en Porto Alegre
(1902-1911).

Abstract

The article aims to problematize the way in which the black press newspaper, O Example, developed, at the beginning of the 20th century, an analysis of the language written in the Porto Alegre press as a tactic to question racial fictions. By reading the Jornal O Example and other periodicals in the city, one can see the development of the concept of black noun in its various phases and the criticism constructed by black intellectuals of the time.

Keywords: O Example; Black Press; Black Noun.

Resumen

El artículo tiene como objetivo problematizar la forma en que el periódico de prensa negra O Ejemplo desarrolló, a principios del siglo XX, un análisis del lenguaje escrito en la prensa de Porto Alegre como táctica para cuestionar las ficciones raciales. Al leer el Jornal O Ejemplo y otros periódicos de la ciudad, se puede ver el desarrollo del concepto de sustantivo negro en sus distintas fases y la crítica construida por los intelectuales negros de la época.

Palabras-clave: O Ejemplo; Prensa Negra; Sustantivo Negro.



Há dias implicando com um termo muito usado pelos nostálgicos da escravidão, consultei alguém que tem fumaças de gramático, e este alguém satisfaz a minha curiosidade.

A palavra está ensinando: — crioulo, chamava-se o filho do escravo, nascido e criado na casa dos senhores: o crioulo de fulano, o meu crioulo, o crioulo Paulino, do compadre; isto no tempo da monarquia, quando havia escravos: hoje, é muito empregada quando nos referimos aos cavalos sem partes de sangue estranho, que os chamamos de cavalos crioulos. (O Exemplo, Porto Alegre, *Implicâncias*, p. 1-2. 31 de julho de 1904)

Candido Manecá d'Oliveira foi o escritor do quadro citado acima, chamado de *Implicâncias*, na edição d'O Exemplo do dia 31 de julho de 1904. Esse quadro, em resumo, vai se concentrar principalmente no uso da palavra “crioulo”, o qual vinha antecedendo os nomes de pessoas negras em edições do Jornal do Commercio. O autor do escrito traz na coluna o que considerava as motivações dos usos daqueles termos.

É indispensável salientar alguns pontos do trecho acima: Candido Manecá de Oliveira foi procurar um especialista em língua portuguesa, o qual apresentou a ele as definições da palavra “crioulo”. Uma das definições ligava o termo ao tempo da escravização, que já havia findado, segundo o gramático; e outra ligava a palavra à caracterização de espécies de cavalos. Além desses dois significados, o especialista justificou a utilização de tais termos, pois algumas pessoas o empregavam para se referir a si mesmas e diziam serem “creoulo de Santa Catarina e creoulo de tal lugar”. Por fim, diz que o emprego do termo “não é por mal, é devido ao hábito adquirido no tempo da escravatura”.

Após a resposta dada pelo gramático, Candido o confronta: “Não é por mal!... Ora essa!... Resmunguei com meus botões; que seja um hábito de escravocratas vencidos, vá lá; estão saudosos[...]”. A compreensão do autor é que a justificativa não cabe e que aquilo não foi apenas um hábito dos “escravocratas vencidos”. Seria, ao contrário, um saudosismo dos antigos senhores de escravizados. Ao pensar sobre a interpretação apresentada pelo



autor e em diálogo com ela, considero que o termo carrega mais sentidos do que a sua aparente definição gramatical. Temos uma percepção temporal da palavra e da maneira com a qual ela está sendo utilizada que recorre a um passado calcado na escravização e de um sentimento de nostalgia, afirmando que: “[...] é um desaforo aviltante o epíteto de crioulo por descendemos de africanos pretos”, e que “[...] parece que há a velada intenção de nos enxovalhar por termos escapado das garras ferozes do sanhudo cativoiro [...]”. As escolhas daquelas palavras aconteciam mesmo “sendo o nosso idioma tão rico de adjetivos para definir os sentimentos pessoais”, e “alimentam no entretanto o preconceito de cores com estilo rústico”. Assim, o jornalista, ao apresentar suas considerações sobre o uso da linguagem em outros jornais, acaba caracterizando-as como “desaforo”, com “intenção de enxovalhar”, e que “alimentam o preconceito de cores”, entre outras, para condenar seu uso contínuo por parte da imprensa.

A primeira definição do “gramático” perpassa uma noção de ligação temporal com o período escravocrata e monárquico brasileiro, ambos que, na legislação, já deveriam ter sido superados. A segunda definição é tão pertinente quanto, pois, como explica o “especialista”, a palavra também era “empregada quando nos referimos a cavalos”. Sendo o português um “idioma tão rico”, por quais motivos utilizar a mesma palavra para pessoas e um animal de carga? Candido nota que naquele momento, que ali havia uma “intenção de enxovalhar”. Diria mais do que isso, a referência ao animal é um dos objetivos dos epítetos cravados nos nomes desses homens e mulheres, pois a animalização era prática já conhecida dos “nostálgicos da escravidão”.

O crioulo Manoel Carneiro dos Santos, aproveitando-se da ocasião em que Gregório Jorge, proprietário da casa de fazendas e miudezas, sita à rua Voluntários da Pátria n.193, achava-se no interior do prédio, penetrou em seu estabelecimento e furtou um par de calças. O larápio foi preso em flagrante pelo agente n.75 que o levou ao posto de onde o major Louzada enviou ao coronel João Leite”



Porque desde o começo da notícia não disseram o larápio Manoel Carneiro?... Para saber-se da cor do individuo que cometeu má ação? Não, porque no mesmo número, em fato idêntico, vinha a seguinte notícia, onde não se fica sabendo a cor dos larápios.

Honorio da Silva morador à rua Andrade Neves n.41, esteve ontem no posto e queixou-se que no dia 7 corrente, deixando um saco com diversas peças de roupa usada e uma japona, depositados em casa do sr. Abrahão de tal, no Mercado, foram esses objetos roubados pelos individuos Henrique de tal e Henrique Hamman. (O Exemplo, Porto Alegre, *Implicâncias*, p. 1-2. 31 de julho de 1904.)

Seguindo na sua reflexão, o autor cita diretamente trechos do *Jornal do Commercio*. Transcreve como a palavra “crioulo” é usada para definir Manoel Carneiro dos Santos, que teria furtado calças em uma loja da cidade, e em seguida traz outro caso de furto, agora cometido por Henrique de tal e Henrique Hamann, ambos na mesma tiragem. Porém, na segunda notícia, identifica que não está definida a cor dos que cometeram o ato do segundo furto. O jornalista que escreveu tal matéria teria escolhido fazer vista grossa para os Henriques. Devido ao fato de uns serem nomeados enquanto outros não são, principalmente por notar que tal distinção ocorre conforme vontade do escritor do *Jornal do Commercio*, o autor elabora uma comparação na maneira com que foram noticiados os dois eventos por um dos jornais da cidade.

Ao ver as diferenças de tratamento para pessoas que haviam cometido o mesmo delito, pois um tinha cor e outros não, o que motivou tal distinção, Candido Manecá de Oliveira questiona: “Se crioulo quer dizer cor preta, só há, para nós, uma vantagem nessa seleção, e é esta: saber se há pela cor da pele a tendência dos individuos para o crime; pois enquanto na primeira notícia se vê um crioulo, se conta na segunda dois ladrões incolores!”. Ao fazer tal afirmação o autor parece confrontar ideias ligadas a criminologia, elas que segundo Marcos César Alvarez (2002) já circulavam no Brasil desde o final do século XIX.



É importante considerar como a linguagem é utilizada para construir significados e reproduzir relações de dominação. Se há uma tentativa de associar a cor das pessoas a julgamentos de valor, distinguindo entre aqueles de boa conduta e os de conduta reprovável, é possível analisar como esse processo ocorre. Gabriel Nascimento (2019) destaca que a linguagem é um modo de materializar as formas de dominação, e é por meio da escrita, como a presente no *Jornal do Commercio*, que se cria uma imagem das pessoas negras. Conforme o autor do quadro *Implicância* aponta, algumas pessoas são definidas por sua cor, enquanto para outras a cor é considerada inexistente, atribuindo assim um significado à cor, já que a mesma parece perfazer uma intenção criminosa. Esse processo de escrita pode ser utilizado como uma ferramenta de poder para fortalecer estereótipos e relações sociais.

74



Se “crioulo” foi usado para remeter à memória de um passado marcado pela escravização e por condições degradantes de animização, também parece desejar colar à imagem das pessoas negras o indício de uma intenção criminosa e de condições sociais de subalternidade. Logo, é visível que esta foi uma tentativa de produzir uma *reificação colonial* (Faustino, 2013), intimamente ligada aos regimes de *enquadramentos* (Foucault, 2019) e ao *círculo infernal* (Fanon, 2020), pois tudo que escapa ao enquadramento tem que ser capturado ou escondido.

Eu também quando leio notícias tais implico, pois sinto projetar na minha imaginação[...]

Quando nas pequenas colunas d'O Exemplo, que é uma pequena folha da palmeira de nossa civilização, procurei abrigar os meus melindres da mangra que destila do estilo alvar desses jornalistas que pretendem que só a seu *bel-prazer* o homem preto ou pardo pertence ao gênero humano, não tive outro intuito se não o de levar ao conhecimento desses *creoulos*, como por pouco caso os trata o *Correio*, a desconceituosa diferença que nos dispensam, quando a nossa desgraça fornece mirrada seiva para o repasto de sua rafada reportagem. É, portanto, *chover no molhado*, meu Carlito, porque o que *berço dá só cova tira*, e esses cabras que fo-

ram abolicionistas só por pomada, sonham ainda com o berço onde rechonchudos se saciavam nos peitos ubertosos de leite da nutrice negra que, com alimento do *creoulinho*, supria o que faltava nos peitos estufados da mãe! É por isso que não nos deixarão de nos tratar: o *creoulo* Belarmino de tal, a preta Maria, em vez do carregador Belarmino e Maria, velha de cor preta. (O Exemplo, Porto Alegre, *Implicâncias*, p. 2. 28 de agosto de 1904.)

A resposta é contundente e elabora ainda mais aquilo que os jornalistas têm chamado de sentimento de desejo e nostalgia, e como eles emergem na escrita dos jornalistas do Jornal do Commercio e no Correio do Povo, sendo denunciada pelo escritor do jornal O Exemplo. Esse sentimento é aquilo que escapa despretensiosamente das suas palavras, porém é ali que provavelmente se reconhece o pensamento de quem escrevia imbuído nele, não parecendo ser caso apenas de um jornalista ou outro devido a estar presente em dois grandes periódicos da cidade de Porto Alegre. Dessa maneira, a exposição de Candido não está falando de um sujeito, mas sim de um *estilo*, como o mesmo aponta, que carrega uma espécie de “mangra”: “... que só a seu *bel-prazer* o homem preto ou pardo pertence ao gênero humano”, ou seja, na doença contagiosa que se espalha pelas folhas da imprensa da cidade, eventualmente, havia o objetivo de destilar a humanidade das pessoas negras.

Os “nostálgicos”, isto é, “os escravocratas vencidos”, como diz o autor, usam da desgraça sempre que podem para encher seus jornais desses tratamentos. Mais ainda, a *Implicância* vai além e os chama de “abolicionistas só por pomada”, considerando tais sujeitos apenas como oportunistas e nem um pouco amigos da liberdade. Na verdade, eles “sonham ainda com o berço onde rechonchudos se saciavam nos peitos ubertosos da nutrice negra”. Essa foi a imagem que Candido construiu sobre tais jornalistas: ele diria que não são apenas alguns escritores, mais do que isso, ele via a própria imprensa do seu município por essa ótica. Homens que almejavam se alimentar da “nutrice negra”, como já haviam feito antes, só que ela agora vem por outros meios, não mais dos “peitos ubertosos”,



só que de uma produção escrita que goza de ser violenta, que sente prazer na desgraça do outro e que usa seu espaço para revelar suas saudades de tempos passados. Com tal narrativa, o jornalista ainda explora a icônica referência das mães negras que, no período da escravidão, ou mesmo no pós-abolição, têm como uma das marcas das suas trajetórias não terem o direito de criar e de alimentar seus filhos, diante da extrema violência da dedicação aos cuidados dos filhos dos senhores de engenho.

Os sentimentos ficam explícitos para Candido: aqueles homens são saudosos do tempo da escravização e desejam manter as pessoas negras nas mesmas posições daquele passado. Por isso, o intelectual acredita que quem carrega tais emoções dificilmente deixaria de usar termos como “crioulo”, deixaria de imbuir em sua escrita uma sensação de superioridade, deixaria de desqualificar alguém pela cor de sua epiderme. Ao detalhar isso nas páginas do semanário para o qual escreveu, faz com que aquilo, de certo modo, alcance o debate público, visto que estamos falando de jornais que circularam numa mesma época. Assim, é possível supor que os “abolicionistas só por pomada” leram o que escreveu Candido e ficaram sabendo do seu sentimento de repulsa sobre os seus hábitos de escravocratas vencidos que deram forma à sua escrita.

No começo da primeira *Implicância*, o autor afirma que “a palavra está ensinando”. Dessa maneira, se a palavra “creoulo” tem um valor pedagógico, ele teria como objetivo propagar o sentimento de superioridade aos brancos? Os jornalistas estavam supostamente impregnados com valores dos nostálgicos da escravização, pois tanto o Correio do Povo quanto o Jornal do Commercio foram compreendidos como “jornais de brancos”. Portanto, se a imprensa negra nos revela aspectos do que foi O Exemplo – do seu público, de quem o escreveu e dos seus objetivos –, “jornais de brancos” também é um termo revelador dessas mesmas características da imprensa porto-alegrense.

O valor pedagógico não está apenas na palavra, obviamente, mas sim em como ela é utilizada. Na avaliação dos significados apresentados na matéria d’O Exemplo, “creoulo”, ou “crioulo”, surgiam sempre em notícias que falavam de animais ou de pessoas, sendo a



diferença que o uso da mesma como característica de humanos era para demarcar a cor, enquanto que para os animais era para compreender a raça ao qual o mesmo pertenceu. Desta maneira, aquilo aventado pelo gramático no quadro *Implicâncias* de que nada teria a ver com pretextos de uma animalização das pessoas negras parece vir de uma interpretação parecida com essa. Porém, Candido ao pensar o valor que a palavra carrega, quando vem enquanto epíteto dos nomes de “pessoas de cor”, entende que ela modifica o seu sentido e equipara os homens aos animais. Mais do que apenas isso, a modificação traz um ensinamento daquela sociedade e ele aparenta estar nutrido dos desejos dos seus escritores de perpetuar a desumanização das pessoas negras.

Será que os verbetes “creoulo” e “crioulo” podem abrir as portas para as discussões sobre cidadania? A partir desse questionamento, coloco como mais um dos sentidos atribuídos ao termo uma tentativa de surrupiar do sujeito seus direitos básicos, de fazer com que as pessoas que tem suas características físicas associadas a tal palavra estejam à margem do que se considerava cidadão, demarcando para elas um lugar social de inferioridade na sociedade, ou como diz Flávio Gomes e Olivia Cunha:

[...]o território da liberdade é pantanoso e muitos dos sinais sacralizaram a subordinação e a sujeição tornaram-se parte de um ambíguo terreno no qual ex-escravos e “livres de cor” tornaram-se cidadãos em estado contingente: quase-cidadãos. (Cunha; Gomes, 2007)

Para entrar nas veredas da linguagem, com intuito de perceber os sinais que chamam atenção os autores, seus usos e suas intenções, fiz uma pesquisa de como um dos principais jornais da cidade de Porto Alegre empregou o referido termo: foi ele o jornal diário A Federação. A escolha do jornal A Federação como objeto de análise é baseada em três motivos. Primeiro, por ser o órgão de propaganda do partido republicano em Porto Alegre, o que confere a ele um significado político e ideológico nas ideias que propagava em suas páginas (Dihl, 2017). Segundo, por ser um jornal diário vinculado ao



partido que governou o estado do Rio Grande do Sul durante toda a Primeira República, o que o coloca como um dos periódicos mais importantes da cidade (Abreu, 2023). Terceiro, é que mesmo sendo um jornal abolicionista no período anterior à abolição da escravização, a pesquisa considera a necessidade de investigar em que medida o jornal perpetua estereótipos e imaginários que distanciam as pessoas negras das condições plenas de liberdade no pós-abolição. Isso permite uma reflexão sobre as liberdades almejadas e os limites enfrentados pela população negra naquele contexto histórico, pois como observou Flavio Gomes e Olivia Cunha “o território da liberdade é pantanoso”.

78
»»» «««

Numa primeira busca nas edições do jornal A Federação encontrei duas grafias das palavras “creoulo”, tanto com E quanto com I, que aparecem em todos os anos verificados (1900 – 1911), e é bem provável que isso se estenda para além do recorte utilizado, bem como nos anos anteriores a ele. Em uma amostragem, mais de 60 edições do A Federação possuem uso de algumas dessas palavras, sendo analisados apenas 11 anos, dos mais de 50 anos de existência do jornal fundado em janeiro de 1884, tendo seu final junto do Partido Republicano em dezembro de 1937. Confio que existam bem mais, pois, não somei usos repetidos em publicidades. Assim sendo, encontrei, de 1900 até 1911, nos parâmetros ditos acima, cerca de 65 ocorrências da utilização de “creoulo” ou “crioulo”, no total ao menos 33 vezes em referência a animais e 32 vezes referentes às pessoas.

Outro fator interessante é que, em sua maioria, os que versavam sobre animais falavam sobre gado (em ao menos 24 ocasiões), o que poderia confrontar uma das teses d’O Exemplo, na qual ligava “creoulo” a raça de cavalos. Porém, considero que, independente de qual seja o animal, o objetivo se manteve, pois o incômodo permanece — usar o mesmo qualificativo para pessoas negras e animais. “Creoulo” só aparece adjetivando cavalo três vezes; touro aparece duas vezes; galo uma vez; duas vezes novilhos e uma falando de animal de forma genérica. No uso destinado às pessoas, notei que a maioria vem em notícias sobre crimes e, quase sempre, o termo vem antes do nome dos acusados ou vítimas, isso quando ao menos

eles foram nomeados. Eles também aparecem majoritariamente na parte do periódico destinada aos casos dos postos policiais (posto é a palavra usada para definir o local de trabalho da polícia administrativa da cidade, o lugar para onde era mandado aquele(a) que cometia delitos), informações que os jornalistas do jornal *O Exemplo* enfatizaram ao longo das suas publicações.

Lélia González, em seu artigo *Racismo e Sexismo na cultura brasileira*, escrito no ano de 1984, pergunta: “[...] Por que será que tudo aquilo que o incomoda é chamado de coisa de preto? Por que será que ao ler o Aurélio, no verbete negro, a gente encontra uma polissemia marcada pelo pejorativo e pelo negativo?”. Língua é relação e construção, ou seja, está no tempo e no espaço, desse modo se no verbete do dicionário o significado é pejorativo, isso se dá justamente devido ao fato de que historicamente tal termo está ligado a características formuladas ao longo do tempo, e como se observa na imprensa de Porto Alegre empregava-o sentido negativo ao termo.

No dia 9 de setembro de 1903 foi publicado um texto que ajuda na compreensão da forma como *A Federação* emprega o termo “creoulo” e o direciona aos homens negros. Nele escreve:

Na tarde de domingo da semana passada, no lugar denominado Passos dos Negros, município de Pelotas, deu-se uma cena de sangue:

Encontraram-se ali Trajano Manoel Machado, branco, de 17 anos, empregado de charqueada, e o crioulo Manoel Marques, que tinha lá suas rixas.

Depois de troca de palavras ásperas, Manoel, que vinha montado a cavalo, apeou-se e, de relho em punho, agrediu o menor.

Trajano em defesa própria, arranca de uma faca e fere uma, duas e mais vezes, prostrando, para não mais erguer-se, o seu contendor que em pouco era cadáver. Imediatamente avisado, compareceu no local o capitão subintendente que providenciou para a remoção do corpo, efetuando a prisão do criminoso.

A vítima tinha maus costumes e era reconhecido desordeiro, ao passo que o menor Trajano goza de bom conceito. (*Jornal A Federação*, Porto Alegre, *Sem Título*, p.2. 9 de setembro de 1903.)



A matéria trata de um assassinato, assunto bem recorrente quando é feita a busca pela palavra “creoulo” nas páginas daquele jornal. O encontro dos Manoeis é relatado, porém veja como a história é construída e como os qualificativos foram utilizados. “Trajano”, “branco”, “menor de idade” e “trabalhador” foram os adjetivos empregados para o primeiro Manoel. Já sobre o segundo, Manoel Marques, nada possuiu na sua apresentação além, é claro, da palavra “creoulo”; não se sabe seu trabalho ou sua idade. Ele só recebeu uma caracterização ao final do texto, dito como tendo maus costumes e sendo um desordeiro. Logo, em seguida, Trajano parece ganhar um atenuante que é gozar de bom conceito. Assim, a intenção do escritor é de, ao colocar os qualificativos, melhorar a imagem de um e piorar a do outro. Desse modo, ele alega que “creoulo” está ligado a práticas de maus costumes e de desordem, enquanto o branco “goza de bom conceito”.

80



Ao ampliar a pesquisa para os termos “crioula” e “creoula”, surgem ainda mais ocorrências. Somam-se as 65 ocorrências mais 22 aparições da terminologia, em 12 delas ligadas a animais e 10 diretamente tratando de mulheres, assim totalizando 87 episódios em que a palavra foi mobilizada. Não existem grandes diferenças entre o uso no masculino para o uso no feminino. Há, como já citado, a mesma formulação quase sempre aplicada nas mesmas condições: em notícias de crime. Tendo ela cometido ou sendo vítima, você encontra a famigerada palavra como epíteto dos nomes de mulheres negras. Outra coisa é que, para além de “creoulo”, inserem-se na aquarela de cores daqueles jornais o moreno, o pardo e o mulato.

Corroborando com essa paleta, quando nas páginas do jornal A Federação foi dedicado a falar dos recém falecidos, ele costumava lançar um quadro chamado *Registro Mortuário*. Nele apresentavam características das pessoas que iam a óbito. No exemplar de 25 de junho de 1900 é possível encontrar o nome, o local em que vivia, o estado civil, idade e dia do sepultamento. O que impressiona é a mudança do estilo usado para o tratamento dado às pessoas negras, quando não mais se coloca a cor antes de seus nomes, mas, sim, apenas como um adjetivo, veja: “Rita Maria, d’este Estado, preta, solteira, 35 anos; Harmenegildo Silva, d’este Estado, preto, casado, 32

anos...”¹. Também aparecem nas definições de cor “branco”, “pardo”, “moreno”.

Ao ser surpreendido pelo conhecimento dos jornalistas d’A Federação, notando que seu vocabulário ia além do “crioulo” e que sabiam usar as terminologias como adjetivos, ampliei, mais uma vez, o escopo de análise e incluí na busca as palavras: Moreno, Mulato, Preto e Negro. O que encontrei não foi nada surpreendente: exceto por “moreno”, todos os outros foram utilizados alguma vez como epíteto dos nomes nas notícias em referência a crimes ou enquanto descrição de quem havia cometido algum delito.

É preciso concordar com Hebe Mattos (2013) no ponto em que afirma que a referência à cor das pessoas foi um demarcador de condição social, e nisso a herança imperial também parece ter sido perpetuada pelos republicanos. O entendimento sobre cidadania é continuado, já que “a cor inexistente” (branco) continua a prefigurar a condição de cidadão. Basta observar como os jornais insistentemente só parecem colorir as pessoas numa tentativa de desqualificá-las e isso, supostamente, aponta para o conceito de cidadania que eles possuíam. Tal informação corrobora com o que nos ensina Achille Mbembe, em *Sair da Grande Noite*, quando problematiza que no processo de organização do estado nação, no ocidente, direitos foram masculinizados e racializados, garantindo a perpetuação de relações de poderes coloniais (Mbembe, 2014).

O Brasil da Primeira República tem no sujeito incolor o seu cidadão. Sempre que a cor surge na escrita daqueles jornalistas parece fazer alusão à tentativa de inferiorização. Por isso, ao mobilizar os termos que aferem coloração das pessoas envolvidas em suas notícias, eles “têm a intenção de enxovalhar”, como percebeu Candido Manecá de Oliveira, eles criam signos na sua linguagem que remetem a animalização, a pretensa condição ao crime e tantos outros. Os jornais faziam o mesmo que a República: negavam a condição de igualdade para as pessoas negras. Pode-se dizer que, na verdade, reforçaram com suas palavras a manutenção dos lugares sociais de diferença.



¹ Jornal A Federação, Porto Alegre, Registro Mortuário, p.2. 25 de junho de 1900

No dia 28 de agosto de 1904, data que coincide com a publicação do quadro *Implicâncias*, foi divulgado outro artigo num quadro que aparecia pela primeira vez na folha, sendo ele o *Revista Correccional*. Ele esteve presente em ao menos quatro edições d'O Exemplo, entre agosto e novembro daquele ano. O editorial do dia 28 de agosto parece seguir uma linha que diz muito sobre a visão dos jornalistas, mas, também, conjectura sobre como a imprensa escreveu notícias policiais, principalmente, quando estas envolviam pessoas negras. Semelhantemente ao seu predecessor, o quadro *Revista Correccional* se propõe a trabalhar questionando a linguagem produzida nas outras folhas da cidade. A diferença é que não foi assinada – como as *Implicâncias*, artigos publicados por Candido Manecá de Oliveira – nele o autor assina apenas como *O inspetor sem quadros*.

82
»»» «««

A *Revista Correccional* tinha por objetivo analisar a produção da imprensa local e como ela noticiava os delitos cometidos na cidade de Porto Alegre, focada em pensar o modo que as descrições dos sujeitos emergiram das páginas daqueles periódicos. Então, *O Inspetor sem quadros* expressa sua opinião sobre o espaço destinado às notícias dos postos, dizendo que aquilo era um “pratinho de misérias que serve de regalo a tanta gente”. Tal afirmação surge após um suposto leitor fazer uma provocação aos jornalistas que, ao não pagar ao cobrador as mensalidades do periódico, diz que se “o jornalzinho continua assim sem trazer notícias do posto e dos *rolos*, como outros trazem, eu deixo de assinar”. Deste modo, como quem responde a um desafio, O Exemplo passa a produzir a revista e trazer as tais “notícias dos postos”, ou seja, as notícias que falavam das prisões e delitos cometidos na cidade de Porto Alegre.

A escolha do jornalista que produziu o novo quadro é de fazer uma repercussão em cima do noticiário local. O intuito, para além de problematizar a escrita, foi também o de provocar os(as) leitores(as), ou melhor, devolver a provocação feita por um deles. É preciso salientar que uma das justificativas usadas para trabalhar com a leitura de outros periódicos foi o seguinte argumento: “porque nossas posses não dão para pagarmos uma reportagem de postos; assim pois declaramos aberta a secção”. A criação da *Revista Correccional* está atrelada tanto a responder aquela provocação quanto

a alfinetar/questionar a imprensa local em sua forma de escrever sobre os “postos”. Existiu também uma questão material, devido a uma ausência de condições para bancar um repórter que ficasse responsável por colher tais relatos, sendo a questão financeira um dos problemas recorrentes enfrentados pelo jornal, a escolha por fazer matérias sem a exigência de gastos facilitava e parecia dar forma ao método escolhido pelos jornalistas.

Na *Revista Correccional*, como já dito, percebe-se que sua realização parte da leitura crítica de trechos de outros jornais, algo efetuado pelo pseudônimo *Inspetor sem quadros*, que escreve para O Exemplo, fazendo suas análises das colunas que falam sobre o “posto”. A matéria do dia 04 de setembro de 1904 foi concebida através da leitura do jornal *Correio do Povo*, que, segundo o autor, é “o jornal mais estimado pelos *creoulos*”.

Sabendo o método de escolha das notícias que seriam problematizadas, é preciso compreender como os jornalistas d’O Exemplo definiram aquela forma de escrita. Em mais de um momento, Candido Manecá de Oliveira, o autor do quadro *Implicâncias*, insiste em chamar atenção para o “estilo rústico” no qual escreveram aqueles jornalistas. Na *Revista Correccional* existe a continuidade do trabalho de Candido, e a escrita ainda é o problema central da análise, porém não foram apenas nas duas matérias que o tema foi trabalhado.

A substantivação do negro é uma elaboração linguística e também social, pois a produção de sentidos em torno dela não está finalizada. Sendo que ela não é apenas a ocorrência do uso da palavra negro, mas todos os outros vocábulos empregados da mesma forma fazem parte dele, tanto é que vários foram destacados pelos intelectuais do jornal O Exemplo e muitos outros foram encontrados numa pesquisa no jornal A Federação. Por isso foi notado pelos intelectuais d’O Exemplo como estavam sendo atribuídos sentidos para aqueles termos, como a escrita está ligada a paradigmas de animalização, ao tempo do cativeiro, ao desejo de dizer que pessoas negras estão mais propícias a uma intenção criminosa. Algo que poderia ficar apenas na escrita, só que é justamente por estar na escrita de jornais diários que espalham seus ensinamentos, de modo que possui sua pedagogo-



gia, pois cotidianamente nas notícias atribuíam sentidos negativos com o uso da substantivação.

É válido ressaltar que entendo a linguagem como uma tecnologia, ou seja, como uma ferramenta inventada por pessoas. Logo, quem a domina tem o poder de projetar quem são “os outros”, sendo essa uma forma de exercer poder de dominação e de violência (Kilomba, 2019). A partir disso, a escrita é uma ferramenta utilizada por jornais da cidade de Porto Alegre que tentavam mobilizar e reforçar uma imagem, uma invenção, e até mesmo uma ficção para (en)cobrir as “pessoas de cor”. A escolha por escrever “(en)cobrir” vai além de um uso estilístico, recorro à palavra dessa forma pensando suas duas significações dicionarizadas, em que encobrir seria o ato de não deixar ser visto e que cobrir seria envolver ou vestir algo. Assim, considero que os dois atos ocorrem, tanto o de não deixar ser visto, como o de pôr em cima algo que esconda da visão. Mesmo que aproximadamente, as duas definições se complementam, sendo assim definida minha escolha.

Os escritores do jornal O Exemplo pareciam estar atentos às tentativas de ficcionalizar a imagem das pessoas negras praticadas por aqueles jornalistas. De modo que acho necessário colocá-los em diálogo com o conceito de *substantivo negro*, de Achille Mbembe (2018). Por meio deste conceito, o autor analisa a diacronia, ou seja, o processo de longa duração da invenção do termo “negro”. Ele o separa em três momentos: Atribuição, Assimilação e Subversão.

Um dos debates presentes quando se fala do *substantivo negro* é sobre suas temporalidades e como ele foi constituído ao longo da história. Sabendo disso, vale ressaltar a funcionalidade da demarcação temporal proposta por Mbembe. Explica o autor que houve três momentos: o de atribuição, de interiorização e de inversão/subversão. O primeiro ocorreu quando um grupo homogêneo de pessoas foi determinado pela palavra negro. Essa invenção, que teve como finalidade tornar homens e mulheres meras mercadorias, ferramentas e moedas, “é, portanto, uma alcinha, a túnica com quem alguém me encobriu e sob a qual tentou me encerrar” (Mbembe, p.92. 2018).

O segundo momento é o de interiorização, e ocorreu quando o(a) “negro(a)” vestiu essa túnica, só que agora não mais sendo limita-



dos pela invenção. Nessa ocasião, houve um contato (Pratt, 1999) pela linguagem, no qual aquilo que foi atribuído não é mais apenas manejado de forma unilateral. É que, ao vestir-se dessa linguagem do colonizador, o(a) “negro(a)” apreende suas significações e passa a elaborar pela escrita maneiras de entender e formular o mundo. Neste momento de contato as mais variadas formas de inscrição foram manejadas, a dança, a música, os hábitos alimentares, os quilombos, as associações, etc. Todas essas inscrições adornavam a túnica, e muitas vezes abriam brechas nela e, aos poucos, ela não parecia mais aquilo que fora dito.

O terceiro momento é o da subversão, quando de forma insurrecional a túnica é convertida dos seus sentidos negativos. Como diz Achille Mbembe: Nesse ato de subversão é que a palavra que costumeiramente sustava a humanidade das pessoas negras passa agora a ser um ato de disputa por essa humanidade, que fora antes arrancada pelo colonialismo e constantemente atualizada pelas tecnologias coloniais. Agora, a túnica é tecida pelas mãos daquelas(es) a quem ela tentou (en)cobrir.

Conforme avançava na leitura das produções do jornal *O Exemplo*, a divisão parecia ainda mais imbricada e os momentos elaborados pelo autor se misturavam nas escrituras do jornal. Os intelectuais d’*O Exemplo* nos ajudam a compreender como a ficção do *substantivo negro* acontecia na prática; observe:

Os nossos não são homens animais, como muitos os querem, contentando não simplesmente com as funções meramente animais, com os prazeres supinamente materiais da alimentação, da reprodução da espécie. Não satisfazem se somente com o pão pra boca, com o gozo para a carne, necessitam e buscam avidamente o pão intelectual, a par do gozo dos sentidos o exercício dos sentimentos: são homens como os ditos superiores. (O Exemplo, Porto Alegre, *Pelos nossos*, p. 1. 25 de novembro de 1902.)

É preciso ir por partes, já que aqui há muitos fatores que se destacam: 1) “Os nossos não são homens animais”; a pequena sentença já funciona como um gatilho para muitas questões de importância



aqui. De início eles já demarcam o sujeito, que seriam “os nossos” (a coletividade presente no movimento de interiorização). Em seguida, usando da negação “não são”, abre-se uma discussão sobre os significados presentes no que seria o momento de atribuição, pois dizem não ser “homens anemais”, contrapondo a imagem produzida para eles e, ao fazê-lo, já estão analisando o substantivo negro sem aceitar a animalização posta sobre “os nossos”. Assim, incitam outro significado para o *substantivo*, o que seria sua terceira função: a subversão.

Diante disso, ao trazer o substantivo negro enquanto um problema de pesquisa, percebe-se que os momentos de atribuição, interiorização e subversão não estão separados. Na verdade, estariam intimamente ligados na produção d’O Exemplo e na sua forma de escrever. Com isso, importa dizer que não se trata de se opor ao esquema proposto por Mbembe, mas de inferir que, no caso desta pesquisa com o Jornal *O Exemplo*, essas dimensões, que parecem estar separadas, como num processo linear, na verdade podem também ser percebidas em conjunto e sendo praticadas ao mesmo tempo.

2) “como muitos os querem, contentando não simplesmente com as funções meramente animais, com os prazeres supinamente materiais da alimentação, da reprodução da espécie”: ao atribuir um significado, presume-se que ele parte de um desejo, e assim pode-se revelar um sentimento. Aqui, o “querer” manifesta uma tentativa de enclausurar novamente as pessoas negras em uma representação animalizada, fazendo com que o sentir vencesse uma condição individual, uma vez que a animalização produzida pelo desejo de “muitos” é usada enquanto uma justificativa para negar o acesso à educação, já que bastaria para a população negra a comida e a reprodução, nada diferente do tratamento dado aos cavalos “creoulos” de um Brasil “livre” e republicano.

3) “necessitam e buscam avidamente o pão intelectual, a par do gozo dos sentidos o exercício dos sentimentos: são homens como os ditos superiores”: quando utiliza o verbo “buscar”, quem escreveu a matéria entende esses “homens” como agentes de suas próprias vidas. Mesmo que estivessem submetidos a uma imagem negativa, eles estariam à procura de exercer seus sentimentos e o acesso ao “alimento intelectual” era algo basilar para uma coletividade “famin-



ta de educação”. Sendo assim, são sujeitos complexos, não limitados apenas a comer e procriar, ou seja, também são “homens como os ditos superiores”. O autor então revela mais um dos sentimentos aferidos no início do século XX, o da superioridade branca, sensação que é objeto de reflexões dos estudos da branquitude.

Assim, os intelectuais d'O Exempo elaboraram na sua escrita uma forma de combate às ficções e invenções do que seria “o negro”. Ao fazê-lo, acabaram por perceber a temporalidade do conceito de cor, quando destacam que quem os usava tinha como intenção remeter ao passado escravista. Como seus sentidos e significados, ultrapassaram a gramática, por serem usados pela guarda administrativa para praticar suas violências. Mas também, reviram-no dizendo “os nossos”, transformando em um sinônimo de algo diferente do que aqueles sujeitos diziam ser as pessoas negras em seus jornais.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. **Partido Republicano Rio Grandense**. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20RIO-GRANDENSE%20\(PRR\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20RIO-GRANDENSE%20(PRR).pdf) Acessado em: 12 de julho de 2023.

ALVAREZ, Marcos César. **A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n° 4, p. 677 - 704, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000400005>

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. Que cidadão?: Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença.. in: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flavio dos Santos. (Org.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 7-19.

DIHL, Tuane Ludwig. **Plurais (In)Visibilidades: representações republicanas sobre o negro** (Jornal A Federação - RS, 1884 – 1903). 170 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale dos Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FAUSTINO, Deivison Mendes. *Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon*. In: REVOLUÇÕES NAS AMÉRICAS: PASSADO



PRESENTE E FUTURO. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina: Londrina, p. 216 – 232, set. 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. 3. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Portugal: Edições Pedago, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: Relatos de viagens e transculturação. Bauru-SP: EDUSC, 1999.